

RECENSÕES

PORTUGALIAE Monumenta Misericordiarum. Ed. lit. do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa; coord. científica de José Pedro Paiva. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002- . Vol. 1: *Fazer a História das Misericórdias*, 2002, 388 + [28] p., il.; Vol. 2: *Antes da Fundação das Misericórdias*, 2003, 542 + [18] p., il.; Vol. 3: *A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel I*, 2004, 582 + [24] p., il.

De interesse, e a visitar sempre em qualquer localidade com algum passado histórico, serão a Igreja Matriz, o edifício dos Paços do Concelho e a Misericórdia. O alvitre justifica-se, por tão evidente, depois de se esquadriñar o espaço urbano. Em mais de cinco séculos que a instituição leva de vida, as misericórdias locais, espalhadas de norte a sul do país e semeadas também por onde se estendeu o império português, ostentam ainda hoje, apesar das vicissitudes dos tempos e as incúrias dos homens, ao menos certos resquícios do legado assistencial, cultural, religioso ou artístico de impressionante porte e notória valia. Saúde-se, antes de mais, a iniciativa de uma obra com a dimensão e os objectivos de *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* que leva três volumes publicados. O título, para além de adequadíssimo, indicia o que ela será: um monumento da cultura histórica portuguesa, com o quilate do que, cientificamente, entre nós de melhor se faz. Se o patrocínio editorial pertence à União das Misericórdias Portuguesas e a feitura literária ao Centro de Estudos da Universidade Católica, a coordenação científica cabe ao professor coimbrão Doutor José Pedro Paiva que dirige uma vasta equipa de colaboradores. O gigantismo do cometimento logo se apercebe pelos dez volumes previstos e a qualidade do elenco de especialistas em ciências humanas que asseguram a investigação e os textos. A cadência com que os tomos vêm saindo e o nível pelos mesmos patenteado constituem penhores de que o «ciclópico» trabalho chegará a bom termo e no prazo estimado. Importa não esquecer, porém, como de resto se recorda, que o objecto em vista é o estudo das confrarias da misericórdia e não o fenómeno da assistência, embora o seu imbricamento seja óbvio.

Para além de desenvolvimentos histórico-sociológicos afins, no âmbito cronológico de cada volume, a sua estrutura interna comum abrange quatro secções: enquadramento normativo-legal, i.e., panóplia vária de textos jurídicos eclesiásticos e civis; instituições em acção, i.e., a sua actividade concreta; fundamentos doutrinários e espirituais, i.e., obras literárias e de espiritualidade e práticas devocionais; pessoas, i.e., protagonistas da assistência, autores de testamentos e doações, membros de irmandades. A área geográfica a cobrir confina-se ao

território de Portugal e, porventura, a algo mais pontualmente possível. Ao apontar para documentação primária, como alicerce e materiais básicos do *corpus* a erguer, assume-se a exigência científica do desafio e responde-se pela valia dos conteúdos oferecidos aos leitores. No fundo, resultará num instrumento de trabalho de poliédrica feição, capaz de oferecer um conjunto de meios para se estudar as misericórdias no domínio da assistência hospitalar e religiosa. O 1º volume, de matiz introdutória, destina-se a mostrar como “Fazer a História das Misericórdias”, enquanto do 2º ao 9º se alinhará um acervo documental destinado a espelhar o que foi o passado das misericórdias. O 10º e último agrupará «uma série de estudos inéditos, realizados por especialistas, sobre aspectos variados» da vida da instituição, ao longo dos séculos, em sua actividade assistencial, contendo actualizações bibliográficas e dos arquivos vigentes, bem como índices globais (temático, onomástico e toponímico) de toda a colecção que, sublinhe-se, resultam imprescindíveis para consulta e utilização mormente de investigadores. Silenciadas ficam a inventariação e a descrição morfológica dos templos, vestígios arqueológicos e traças desaparecidas; do seu recheio iconográfico e decorativo; da arquitectura civil respeitante a edifícios hospitalares e casas de assistência – dados, com efeito, de dimensão materialmente incomensurável e, por isso, fora do alcance deste plano já de si de monumental suficiência. Aliás muito desse trabalho tem sido aqui e além adiantado em monografias publicadas. A organização dos volumes segue, e bem, o critério cronológico, marcado por eventos políticos da história portuguesa de significativo recorte, de forma a balizar os seus termos *a quo* e *ad quem*, desde o reinado de D. Manuel I ao período contemporâneo.

Desçamos, porque merecem, a uma detida análise de cada um dos volumes publicados, iniciados por estudos introdutórios, e reconheça-se que são de indiscutível interesse pelos contributos históricos trazidos para uma apreensão da natureza e evoluir do objecto tratado em paralelo com o envolvimento contextual da sociedade portuguesa, aspecto sempre de sublinhar. No primeiro, subscreve Isabel dos Guimarães Sá, autoridade incontestada na matéria, um longo estudo que abarca o percurso de «As Misericórdias da fundação à União dinástica (1498-1580)», salientando: haverem sido as isenções, benefícios e privilégios outorgados pela Coroa que tornaram estas associações confraternais as mais poderosas do Portugal moderno; ser a relação de conveniência recíproca, entre município, misericórdia e poder central, pressionada pelo cuidado dos pobres, mendigos, forasteiros, militares feridos em campanhas, enjeitados, expostos, infância desvalida e surtos epidémicos; constituir caso único no panorama europeu esta montagem de uma rede nacional de assistência sob a égide da igreja e o patrocínio régio de forma a este contrabalançar a tutela eclesiástica. Do período decorrente entre o reinado de Filipe I e D. João V incumbiu-se a historiadora Laurinda Abreu que salienta fazer-se o curso das misericórdias, no sentido do aspecto material da assistência, à custa do investimento nas actividades espirituais, embora a tendência não fosse unívoca e o cuidado na salvação da alma se incentivasse pela prática das boas obras e pelas missas de sufrágio em favor das almas do purgatório. Só escaparam, nos centros urbanos, escassos casos de controle dos hospitais pelas misericórdias, continuando constante o fenómeno que, praticamente, pode considerar-se concluído no período filipino. A Maria Antónia Lopes coube tratar do período de D. José ao fim do século XX, de que assinala, entre outros, como factos interferentes, no evoluir da actividade das misericórdias, os seguintes: a criação da lotaria para enfrentar os saldos financeiros negativos; a diminuição no cumprimento das obrigatoriedades dos legados pios; a colaboração na repressão da mendicidade sobretudo apostada no internamento de vadios e vagabundos; a intenção legislativa do liberalismo que pretendia não competir o governo no mesmo campo a

cargo das misericórdias, mas inspecionar e vigiar o seu desempenho, tendo em vista mais reforçar a rede assistencial que dismantelá-la; a capitalização de seus rendimentos em títulos de dívida pública, alvos das crises financeiras do Estado e da inflação, que acabavam por corroer gravemente os seus recursos económicos; a política da 1ª República, que, se não é justo considerá-la de repressiva, reflectiu-se, por coerência ideológica, na drástica redução dos actos de culto, sem contudo deixar de beneficiar dos privilégios tradicionais e de continuar a receber grandes benefícios financeiros destinados à assistência; o somatório no continente e ilhas adjacentes de 351 misericórdias, em 1974, que deparou com uma comissão em ordem a uma reforma jurídica destinada à estatização dos hospitais. No ano 2000, face ao Estado, as 384 misericórdias que se mantêm activas são associações independentes, eclesiásticas ou não, agindo de harmonia com a doutrina social da Igreja e voltadas para a prática de obras de solidariedade, corporal e espiritual, e a quem compete responder perante o poder político. De enorme valia é a exaustiva indexação de Pedro Pentead, «As Misericórdias: contributo para um guia de Arquivos», pela abundantíssima informação histórica contida, a ponto de constituir um imprescindível instrumento de trabalho para os estudiosos. O elenco descrito beneficia, é certo, de um perseverante levantamento, feito desde o início da década de 1990, centrado na organização dos arquivos documentais e na inventariação dos nichos bibliográficos e do património artístico, iconográfico e arquitectónico, tendo em conta a metodologia a aplicar, segundo o modelo de normalização que a ciência arquivística aponta. Caminho este que acaba por mostrar quanta carência de pessoal especializado e de apoio financeiro existe. A bibliografia e o plano de sistematização temática proposto foram remetidos para Jacinto Salvador Guerreiro que reuniu 1408 espécimes, sendo 528 as fontes impressas e 880 o número de estudos. Enriquecem o volume algumas estampas a cor e um índice distribuído por cinco agrupamentos: temático, dos descritores, toponímico, onomástico e de autores. Estamos, de facto, perante um volume denso, conseguido e, sobremaneira, auspicioso, tendo os dois seguintes, saídos no entretanto, confirmado por inteiro a bondade do projecto.

O 2º volume, consagrado ao período «Antes da Fundação das Misericórdias», abre com uma introdução do Prof. José Pedro Paiva e cobre, como seria de prever, o lanço cronológico que vai da primeira metade do século XII ao aparecimento da Misericórdia de Lisboa, em 1498, mesmo a expirar o século. A assistência praticada, como sem esforço se poderia aquilatar, é feita no terreno – conforme o paradigma caritativo «informal, disperso e plurifacetado» –, agenciada pela Igreja e, na quase totalidade, a cargo das ordens religiosas, das monásticas às mendicantes. Tratava-se de dar corpo ao exercício das obras de misericórdia preceituadas pelos textos evangélicos. O mérito deste pertinente e consciencioso estudo é permitir compreender como se foi caminhando para o alvorecer da instituição. A base documental que serve de suporte à análise reúne um larguíssimo acervo de escritos de vária ordem: legais, morais e espirituais, agrupados nas mesmas 4 secções do volume primeiro, onde a colaboração de Isabel Sá e Maria de Lurdes Rosa avulta. Ver-se-á, assim, como nos testamentos régios e de bispos, de clérigos e de leigos ganham importância as disposições para obras caritativas em favor dos necessitados; e nos legados pios as destinadas à instrução e ao auxílio a pobres, gafos, peregrinos, cativos, órfãos, enjeitados, idosos, emparedados e donzelas para casar. Vislumbra-se o aparecimento da iconografia de Santa Maria da Misericórdia e sobressai o cunho ou mesmo o espírito de sociabilidade das confrarias medievais. A fraternidade que circula entre os seus membros ajuda a compreender a adesão que recebem das populações. A intervenção legislativa dos monarcas na protecção a doentes e desamparados e a actuação da igreja na fundação de colégios para estudantes pobres e

no pedido de autorização papal, em ordem à aplicação de bens a sodalícios de assistência e sua melhor gestão, evidenciam a forma como os poderes acorriam, caritativamente, a males e carências da comunidade. Realce deve ser dado à parte antológica, tamanha é a série de compromissos e estatutos confraternais, bem como de textos coevos doutrinários e de espiritualidade, a juntar a literários, parenéticos e devocionais. Só se nota, e sente, a falta de índices analíticos circunstanciados como o primeiro volume continha.

O **3º volume**, que tem por subtítulo «A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel», abrange a duração do governo do monarca, de 1498 a 1521, ano da sua morte. A autoria da introdução pertence aos Doutores Isabel dos Guimarães Sá e José Pedro Paiva que a destinam ao estudo analítico da documentação compendiada, a qual ocupa o grosso das mais de cinco centenas de páginas. Há entre esta mole documental textos inéditos, originários de muitos espólios dispersos por arquivos portugueses e de misericórdias, publicações de acesso difícil à consulta. Aproveita-se mencioná-lo, para chamar a atenção acerca do estado em que se encontra não pouco deste património arquivístico e do que se perdeu, afinal quase todo o relativo ao período considerado. Apesar disso, o agora revelado poderá, certamente, permitir aclarar aspectos que permaneciam nebulosos. A época tratada é, na história da assistência em Portugal, o da unificação de pequenos hospitais em unidades de maior eficácia. O esforço legislativo da coroa vai para a organização e apoio logístico (v.g. ofertas de açúcar), e a inventariação do património de todas as instituições existentes (hospitais, confrarias, albergarias, gafarias, etc.), processo conhecido por reforma das capelas, que levará à elaboração de inúmeros tombos. De notar que se está no arranque decisivo para a construção de um «estado territorial centralizado», como a reforma dos forais evidencia. No entanto, verifica-se perdurar a finalidade que presidiu à criação das misericórdias e o reforço da actuação sobre a mendicidade e a vadiagem, os presos, os cativos, diminuídos e órfãos, a acusar, em casos vários, efeitos perversos da expansão colonial. No campo da espiritualidade, o culto mariano e a devoção às almas do Purgatório avançam, como se vê nas dotações para missas de sufrágio. De salientar, como se aponta, a ausência na documentação de qualquer menção ao trinitário Fr. Miguel Contreiras que era dado por agente inspirador de D. Leonor, a irmã do rei. Na documentação reunida transparece, ainda, controverso o papel tradicionalmente atribuído à viúva de D. João II, no arranque das misericórdias, pois o monarca parece deter todos os poderes para a sedimentação do movimento, com ressalva, aliás verosímil, da irmã estar por detrás da actuação de D. Manuel neste campo. E, se no volume aparecem várias estampas em policromia, continua a verificar-se a ausência de índices analíticos. De resto, fortíssimo aplauso aqui se deixa pelo ritmo na saída dos volumes e pela qualidade desta obra monumental.

João Francisco Marques

KHOURY, Yara Aun, coord. – *Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil (fundadas entre 1500 e 1900)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. 2 vols.

Eis uma obra de grande utilidade para todos quantos queiram ter uma noção do tipo de documentação existente nos arquivos das Misericórdias do Brasil, fundadas entre 1500 e 1900. Tal como é explicitado na “Metodologia de elaboração do Guia” (p. 35-46), os dois volumes constituem “um guia de fontes, ou seja, um instrumento que identifica e localiza